

# Paz e cooperação são indissociáveis

— Presidente Samora Machel ao discursar na Conferência de Apoio à Linha da Frente, em Arusha organizada pela Internacional Socialista

O Presidente Samora Machel, conduzindo uma delegação do Partido Frelimo e do Governo moçambicano, participou nos trabalhos da Conferência de Apoio aos Países da Linha da Frente, promovida na semana passada pela Internacional Socialista na cidade tanzaniana de Arusha.

Arusha. O Chefe do Estado moçambicano discursou numa das sessões daquela Conferência de dois dias. Transcrevemos em seguida, na íntegra, o discurso proferido pelo Presidente Samora Machel, em Arusha:

A derrota do colonialismo e a conquista da independência nacional não trouxeram ao nosso povo a paz e o progresso por que tínhamos lutado.

- Senhor Presidente da Conferência Excelência,
- Senhor Presidente da República Unida da Tanzânia, Julius Kambarege Nyerere,
- Digníssimos Chefes de Estado e de Governo,
- Excelentíssimas Senhoras Presidentes e Secretárias-Gerais dos Partidos presentes,
- Camaradas dirigentes dos Movimentos de Libertação,
- Senhores Delegados,
- Camaradas e Amigos,

São vivas as emoções e tócas as recordações que nos assaltam quando nesta magna sala vemos presentes tantos companheiros da longa caminhada para a nossa libertação, reunidos aqui em Arusha, na República Unida da Tanzânia, país baluarte dos Movimentos de Libertação em África.

A presença de dirigentes de tão diversas latitudes que decidiram marcar pessoalmente o seu engajamento na causa de libertação de África é um estímulo para todos nós.

Saudamos a decisão de se ter escolhido a República Unida da Tanzânia, berço da libertação desta zona do nosso Continente, para a realização desta importante Conferência.

Foi neste país, recém-independente, dando os primeiros passos depois da libertação do colonialismo britânico, que os patriotas de toda a África, decididos a lutar pela emancipação total dos seus povos, encontraram o acolhimento caloroso, fraternal e militante da TANU, do Governo e de cada cidadão tanzaniano.

Dar-es-Salaam foi a cidade da paz para cada nacionalista africano perseguido e banido do seu país. No seu acolhedor do Povo tanzaniano, todos nós encontramos as condições mais favoráveis para o desenvolvimento das nossas organizações políticas, para a maturação dos ideais de independência, justiça, liberdade e democracia que animavam os combatentes anticolonialistas de todo o nosso Continente.

Desempenhamo-nos neste processo com papel fundamental, sempre pronto com o seu conselho sábio, com a sua visão genial, com a sua determinação serena e mobilizadora, com o seu apoio firme e generoso, essa grande personalidade, esse grande herói da libertação africana que é o Presidente Julius Kambarege Nyerere.

Saudamos, por isso, a decisão da Internacional Socialista de ter escolhido a Tanzânia para uma Conferência que tem por objectivo dar novo impulso à luta pela libertação do nosso Continente.

Saudamos igualmente o Presidente Julius Nyerere, o Chama Cha Mapinduzi, o Governo e o Povo da Tanzânia, por mais uma vez terem dado o seu apoio firme e generoso, essa grande personalidade, esse grande herói da libertação africana que é o Presidente Julius Kambarege Nyerere.

Saudamos, por isso, a decisão da Internacional Socialista de ter escolhido a Tanzânia para uma Conferência que tem por objectivo dar novo impulso à luta pela libertação do nosso Continente.

Saudamos igualmente o Presidente Julius Nyerere, o Chama Cha Mapinduzi, o Governo e o Povo da Tanzânia, por mais uma vez terem dado o seu apoio firme e generoso, essa grande personalidade, esse grande herói da libertação africana que é o Presidente Julius Kambarege Nyerere.

Saudamos, por isso, a decisão da Internacional Socialista de ter escolhido a Tanzânia para uma Conferência que tem por objectivo dar novo impulso à luta pela libertação do nosso Continente.

Saudamos igualmente o Presidente Julius Nyerere, o Chama Cha Mapinduzi, o Governo e o Povo da Tanzânia, por mais uma vez terem dado o seu apoio firme e generoso, essa grande personalidade, esse grande herói da libertação africana que é o Presidente Julius Kambarege Nyerere.

Saudamos, por isso, a decisão da Internacional Socialista de ter escolhido a Tanzânia para uma Conferência que tem por objectivo dar novo impulso à luta pela libertação do nosso Continente.

Saudamos igualmente o Presidente Julius Nyerere, o Chama Cha Mapinduzi, o Governo e o Povo da Tanzânia, por mais uma vez terem dado o seu apoio firme e generoso, essa grande personalidade, esse grande herói da libertação africana que é o Presidente Julius Kambarege Nyerere.

Saudamos, por isso, a decisão da Internacional Socialista de ter escolhido a Tanzânia para uma Conferência que tem por objectivo dar novo impulso à luta pela libertação do nosso Continente.

Saudamos igualmente o Presidente Julius Nyerere, o Chama Cha Mapinduzi, o Governo e o Povo da Tanzânia, por mais uma vez terem dado o seu apoio firme e generoso, essa grande personalidade, esse grande herói da libertação africana que é o Presidente Julius Kambarege Nyerere.

Saudamos, por isso, a decisão da Internacional Socialista de ter escolhido a Tanzânia para uma Conferência que tem por objectivo dar novo impulso à luta pela libertação do nosso Continente.

vrá, à solução desta mal que afecta a Humanidade, e que se chama subdesenvolvimento.

Na cooperação económica com os Estados membros da SADCC, muitos dos Partidos da Internacional Socialista têm respondido de forma positiva e travado batalhas políticas nos respectivos países para que o desenvolvimento regional que nós preconizamos seja uma realidade.

Apesar das diferenças ideológicas que existem entre nós, e que são necessárias, são muitos os pontos de vista convergentes e os objectivos comuns que podem constituir a plataforma de trabalho para que esta Conferência de Arusha seja um sucesso e se traduza em conclusões claras que conduzam a acções concretas.

Todos repudiamos e combatemos o colonialismo e a discriminação, todos condenamos, com veemência, o «apartheid» e a segregação racial. Todos somos combatentes contra o atraso, a injustiça, o colonialismo, os desequilíbrios que não haja guerra, morte e destruição, todos odiamos o fascismo, o neocolonialismo, o imperialismo. Em suma, todos lutamos para a criação de um mundo em que os homens sejam iguais, beneficiem da ciência e da técnica e os povos se desenvolvam soberanos, independentes, orgulhosos da sua história e da sua cultura, vivam em democracia, em liberdade e em paz.

Todos desejamos a paz na África Austral.

Todos estamos conscientes de que a paz é condição fundamental para o progresso económico e social na região. Todos conhecemos as causas da instabilidade e da guerra na nossa zona, e por isso somos unânimes em condenar o «apartheid», a opressão, a injustiça, o colonialismo, os desequilíbrios criados por um passado de exploração e pilhagem dos nossos povos e das nossas riquezas.

Todos sabemos que a independência da Namíbia, a luta pela liquidação do «apartheid» e pela democratização da sociedade sul-africana, a integridade, a soberania e a libertação económica dos Estados da região, constituem as condições fundamentais para que se atase desta zona do mundo o espectro da miséria, da destruição, da guerra, da morte.

Aqui, em Arusha, devemos estudar as formas mais eficazes de, partindo da realidade concreta de cada um de nós, unirmos os diferentes meios e recursos que cada um possui, para, nas diversas frentes de acção, atingirmos os objectivos que nos propomos.

É na definição clara e na responsabilização realista de que cada um de nós pode fazer, que se deve centrar a essência das nossas discussões.

Temos de discutir francamente os problemas que aqui nos trouxeram. Temos de saber encontrar, no campo concreto das acções e não nas formulações retóricas, a plataforma articulada da nossa estratégia.

Excelências,

Camaradas e Amigos,

A grande fonte de tensões no nosso continente, sobretudo na nossa zona, é a existência do regime minoritário e racista da República da África do Sul. Este país mantém ainda uma colónia, a Namíbia.

Neste país subsiste um sistema que priva a maioria da população dos seus direitos e liberdades elementares e que transforma a esmagadora maioria dos seus cidadãos em estrangeiros na própria pátria.

A África do Sul mantém o projecto de hegemonia regional e não tem hesitado na utilização da força para preservar este sistema injusto.

Mas as raízes deste problema estão profundamente mergulhadas no passado colonial, estendem-se até aos países donde provêm muitos dos Partidos socialistas europeus aqui presentes.

O «apartheid» na África do Sul, a colonização da Namíbia, a desestabilização regional, a hegemonia económica e militar da África do Sul, são tanto um problema da África Austral, quanto problemas dos vossos próprios países.

A República da África do Sul, potência regional, não é um fenómeno do presente, o racismo não é um fenómeno que nasceu em 1948, quando se institucionalizou o «apartheid». O colonialismo não surgiu quando a Liga das Nações concedeu um mandato sobre a Namíbia à África do Sul.

O rápido crescimento da economia sul-africana e a sua capacitação como potência militar regional, tiveram lugar ainda durante a dominação britânica.

Foi o colonialismo europeu que concebeu a África do Sul como o pólo de desenvolvimento da dominação colonial das restantes possessões britânicas na África Austral e do subcontinente colonial português.

Por isso, foi na África do Sul que o colonialismo concentrou bens e equipamentos, introduziu a tecnologia moderna, promoveu a atracção de mão-de-obra especializada europeia, a criação de uma base industrial, o desenvolvimento da exploração do subsolo, a concentração de um forte sistema bancário, a adaptação de culturas de climas temperados a climas tropicais, a modernização e mecanização da agricultura. Estas foram decisões políticas, estratégicas.

A discriminação racial era parte integrante do processo de exploração colonial, como ocorreu em toda a África, como ocorreu em Moçambique.

O conflito entre africanos e ingleses não se verificou em torno do problema da exploração económica, ou do problema da discriminação racial. A questão de fundo foi, se o processo de acumulação gerado pela exploração reverteria para o desenvolvimento económico do país, ou se seria escorado, na melhor tradição colonial, para o enriquecimento da metrópole.

A institucionalização do «apartheid» em 1948, com a tomada do poder político pela minoria africana, constituiu fundamentalmente um instrumento de reforço da sua capacidade económica

na competição que a opunha ao grupo de origem britânica que detinha o controlo do sector industrial e extractivo do país.

Esta necessidade de prolongar na história as formas mais abomináveis da segregação racial, foi também sentida pelo colonialismo português.

A sua debilidade económica perante as outras potências coloniais determinou que as colónias portuguesas, e particularmente Moçambique, mantivessem até datas recentes o regime de trabalho forçado.

O racismo na África do Sul não nasceu com o «apartheid». Quando este sistema foi institucionalizado, já estava em aplicação o programa de trabalho migratório dentro da África do Sul que viria a servir de base para o projecto da bantustanização.

Até ao início da década de 60, década da libertação de África e da criação da Organização de Unidade Africana, e com a constituição do grupo africano nas Nações Unidas, o Ocidente guardou silêncio e manifestou uma atitude de complacência perante o regime sul-africano.

Os Governos de Mallan e Verwoerd, eram vistos como garantia dos interesses das grandes companhias ocidentais operando naquele país, e a África do Sul como um país privilegiado para os seus emigrantes.

A interdição das organizações nacionalistas e dos sindicatos, a repressão feróz sobre a população não-branca, a lei do passe, a transferência de centenas de milhares de famílias para regiões insalubres, foram leis que serviram a economia branca do país e também os interesses económicos do Ocidente.

O «apartheid» é posto em questão, politicamente, pela acção diplomática que surge do aparecimento da Organização de Unidade Africana e do Movimento dos Não-Alinhados.

Mas foi nos anos em que a condenação internacional à África do Sul foi mais veemente, que os investimentos ocidentais e a transferência de

relevo a criação de uma África do Sul liberta das grelhetas da opressão, de uma África do Sul onde o «homem branco não seria empurrado para o mar», de uma África do Sul que integraria todos os seus habitantes independentemente da sua cor, origem étnica e religião.

A «carta da liberdade», que originou a mais brutal repressão no interior do país, é o manifesto desta pátria democrática, livre, soberana, próspera e pacífica, com que sonha o povo sul-africano.

A todas as tentativas de diálogo propostas pelos nacionalistas sul-africanos, a política pacifista preconizada pelo ANC, à vontade expressa de edificação de um país onde reinasse a harmonia racial, o regime respondeu com violência, com a brutalidade, com a repressão generalizada.

Foi a recusa sistemática ao diálogo, foi essa violência que forçou o ANC a procurar alternativas à sua política da paz, a responder à violência com a violência.

Foi contra a lei do passe, contra os massacres como Sharpeville, contra as prisões indiscriminadas e arbitrarias, contra os enforcamentos, contra o projecto de bantustanização que se ergueu a violência nacionalista em 16 de Dezembro de 1961.

Nenhum dos Estados vizinhos da África do Sul tinha alcançado então a independência.

Hoje, comba há vinte anos, continuamos a defender o princípio de que as soluções pacíficas devem prevalecer sobre a guerra e a violência.

Mas essas soluções implicam que sejam extirpadas as causas que geram a guerra e a violência.

Constitui nosso dever, levar o regime do «apartheid» ao diálogo que sempre recusou com o ANC, legítimo representante do povo sul-africano, para o estabelecimento da paz na África do Sul e estabilidade na nossa região.

Só um diálogo, em condições de igualdade, pode permitir ultrapassar

as contradições que impedem que esta região tão rica se transforme numa zona de prosperidade para os seus povos.

Um diálogo frutuoso exige que as crianças sejam apenas crianças, e não crianças negras, crianças brancas, crianças mestiças, crianças indianas. Sendo apenas crianças, elas carecem do nosso amor e carinho e deixam definitivamente de ser concebidas como alvos de armas mortíferas.

Um diálogo frutuoso exige que as mulheres sejam apenas trabalhadoras, companheiras, esposas, mães, irmãs e não objectos de exploração e humilhação, que as casas sejam concebidas como lares de família e não como prisões domiciliares.

Um diálogo frutuoso implica saber ultrapassar os recalculos, os ódios, os rancores, os complexos de superioridade e inferioridade, implica a liquidação dos preconceitos psicológicos, em síntese, implica o superamento dos traumas resultantes do fascismo e da violência.

Esta é a experiência da Frente de Libertação de Moçambique. Esta é a política da República Popular de Moçambique.

Excelências,

Camaradas e Amigos,

Em 1912, quando em Bloemfontein, algumas dezenas de cidadãos sul-africanos, professores, funcionários, advogados, trabalhadores e chefes tradicionais se reuniram para criar a organização que se viria a transformar no Congresso Nacional Africano (ANC), animava-os a esperança de que, por meios pacíficos, conseguiram atingir os objectivos da igualdade e da democracia.

Durante anos, o ANC percorreu um longo itinerário de batalhas legais e pacíficas, para fazer valer as suas justas reivindicações.

Langalibalele, Dube, Reverendo Mahabane, Dr. Gumede, Albert Lutuli, Issuf Dadoo, Nelson Mandela, Oliver Tambo, são alguns dos nomes destes corajosos patriotas, expressões destes nobres ideais.

As suas vidas, simbolizam a luta por uma África do Sul livre, próspera, onde todos os habitantes possam beneficiar da riqueza do país.

Em todos os momentos da sua acção política, Nelson Mandela, símbolo da nação sul-africana, sempre pôs em



Presidente Samora Machel

tecnologia se processaram com maior intensidade.

O drama social, político e económico que tal política gerou dentro da África do Sul e em toda a região austral de África, não pode ser quantificado.

A política de canalização de tecnologia, investimentos e recursos humanos para a África do Sul, nunca se preocupou com a violação dos direitos humanos mais elementares que se verificam neste país, nem com as crescentes contradições que se desenvolvem no seio da sociedade sul-africana.

Os quase seis milhões de pessoas transferidas à força para os bantustões nos últimos vinte anos, os milhares de mineiros mortos ou mutilados devido às deficientes condições de trabalho, as dezenas de milhares de patriotas presos, torturados e assassinados pelas forças repressoras do regime, os milhões de desempregados e refugiados, são resultados desta política.

Excelências,

Camaradas e Amigos,

Um novo tipo de mercenarismo surgiu na nossa região com a introdução de bandos armados.

Para além dos prejuízos materiais causados, os nossos países, de economia débil, são forçados a desviar importantes recursos materiais e financeiros para fortalecer a sua capacidade de defesa. Este esforço desvia-nos prioridades de desenvolvimento e prejudica a possibilidade de novos investimentos.

Os gigantes prejuízos vão-se projectar no ritmo de desenvolvimento dos nossos países e no bem-estar das futuras gerações.

Esta política militarista do regime sul-africano teve, porém, os seus reflexos na própria África do Sul. Em primeiro lugar: não trouxe os resultados políticos e militares a que se propunha.

Os nossos países, pela força de circunstâncias, são hoje mais poderosos militarmente do que há cinco anos. Contra o inimigo comum, consolidou-se a unidade nacional e a cooperação regional.

O esforço de guerra em que a África do Sul teve de se empenhar, redundou em fracasso e originou uma crise económica sem precedentes naquele país. Agudizaram-se as tensões e as contradições no seio do poder e da sociedade sul-africana, e o regime do «apartheid» ficou mais isolado.

Para a Comunidade Internacional tornou-se claro que o conflito na África Austral não era expressão da confrontação Leste-Oeste, mas sim, um conflito entre o «apartheid» e a liberdade dos povos.

O reconhecimento deste facto, levou o regime sul-africano a buscar alternativas à sua estratégia militarista.

A procura de diálogo com Moçambique, em condições de igualdade e de respeito pela soberania e integridade territorial, produziu uma nova situação.

O Governo sul-africano viu-se forçado a aderir a princípios universais de convivência entre Estados e a negociar com a República Popular de Moçambique um Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhança.

A neutralização da estratégia militarista do regime sul-africano, representa um passo importante no desanuviamento da tensão regional.

O Acordo de Nkomati é a recusa à internacionalização do conflito que opõe o regime minoritário à esmagadora maioria do Povo sul-africano.

A internacionalização do conflito que o regime do «apartheid» tentou, era a forma de transplantar para a nossa região toda a carga emocional da confrontação Leste-Oeste.

O objectivo dos estrategas do militarismo de Pretória, era o de criar um conflito regional que levasse as potências ocidentais a decidirem-se,

em nome de interesses geo-estratégicos, pelo apoio declarado à África do Sul.

Deste modo, os crimes que representam o colonialismo sobre a Namíbia e a prática do «apartheid», passariam a um segundo plano nas preocupações do Ocidente.

Para a realização destes objectivos, a África do Sul mobilizou importantes meios de propaganda para fazer crer que o ANC e a SWAPO não seriam os legítimos representantes dos interesses dos seus povos, mas sim, instrumentos ao serviço de interesses estrangeiros.

Nesta perspectiva, ficaria justificada a agressão a todos os Estados vizinhos que apoiassem estas organizações.

A análise serena da conjuntura prevalecente na África Austral, conduziu a República Popular de Moçambique à decisão soberana de assinar o Acordo de Nkomati.

O Acordo de Nkomati, que se insere na política socialista de paz do nosso Estado, reconduz a questão da Namíbia e do «apartheid» ao centro da atenção da Comunidade Internacional.

Este facto cria as condições para introduzir novos elementos dinâmicos no combate da África Austral pela democracia, justiça, progresso social e paz.

Este contexto global que é preciso aprofundar e analisar, por forma a cobordenarem-se os esforços de todos nós na acção conjunta que conduzirá à eliminação definitiva do «apartheid».

Excelências,

Camaradas e Amigos,

Falamos da situação prevalecente na África Austral. Permitam-me que vos fale agora do meu País.

Para podermos hoje estar aqui como cidadãos de um país livre e soberano, fomos obrigados a pegar em armas e a lutar contra o colonialismo que oprimia o nosso povo.

O colonialismo é uma das formas mais humilhantes e degradantes da exploração do homem.

Em Moçambique, o colonialismo significou o: analfabetismo generalizado, o trabalho forçado, a discriminação dos moçambicanos de todo o processo político e de desenvolvimento económico e social.

Colonizados por um país, ele mesmo subdesenvolvido, a economia de Moçambique foi concebida como um sistema essencialmente abastecedor de matérias-primas para a então metrópole e profundamente dependente da prestação de serviços e do fornecimento de mão-de-obra para os países vizinhos. A economia de Moçambique subsistia devido às receitas provenientes dos seus portos e caminhos de ferro, do pagamento em que de parte dos salários dos trabalhadores das minas sul-africanas e das remessas de emigrantes nas plantações da África do Sul e da Rodésia do Sul.

A economia da colónia manteve-se num estágio extremamente atrasado com uma agricultura primitiva e uma pequena indústria que se limitava às transformações finais de produtos importados e, portanto, completamente dependente.

No nosso País, não se criou uma base mínima de desenvolvimento agrícola ou industrial. As infra-estruturas rodoviárias, de comunicações ou sociais, eram extremamente frágeis.

Moçambique tornou-se, assim, uma fonte de financiamento da economia portuguesa, abastecendo-a em reservas de ouro e canalizando as suas receitas para o aprovisionamento das indústrias da metrópole colonial.

Moçambique era uma colónia atrasada, inteiramente dependente do exterior.

Não tínhamos quadros e vivíamos profundamente divididos em tribos, religiões e raças.

O nosso povo era vítima da fome, da doença e da miséria.

Foi para destruir o colonialismo que iniciámos a Luta Armada de Libertação Nacional.

Esgotadas todas as possibilidades de uma solução pacífica, desencadeámos a Luta Armada de Libertação Nacional por vontade soberana do nosso povo. Não consultámos ninguém para tomarmos esta decisão.

Verificámos, na experiência da luta, que ao lado do colonialismo português, tomaram posições aqueles que eram os seus parceiros na exploração do nosso povo. Poucas foram as vozes, no Ocidente, que se ergueram em apoio à justa luta que travámos.

Foi apenas a determinação heróica do nosso povo, dirigida pelo FRELIMO, que permitiu consolidar e desenvolver o processo de luta. Ao fim de cinco anos, tínhamos libertado o poder colonial amplas zonas do nosso território.

Com a criação de zonas libertadas e semi-libertadas, fomos confrontados com a necessidade de resolver questões de defesa e segurança, de produção, de abastecimento, de educação e saúde, de administração, da justiça e de exercício efectivo de autoridade político-administrativa.

Aqui nasceu o nosso poder estatal, aqui se tornou a nossa ideologia profundamente enraizada na íntima relação com o povo e na sua ampla participação na solução de cada problema.

Na Luta Armada de Libertação Nacional, no exemplo de vida que se desenvolvia nas zonas libertadas, cimentou-se a unidade nacional.

Aqui iniciámos o processo de combate à discriminação na base da tribo, da região e da raça e nasceu a Nação moçambicana.

Neste processo se libertou a personalidade e a identidade nacional e lançaram-se as bases de uma cultura genuinamente moçambicana.

A Luta Armada de Libertação Nacional foi a universidade do nosso povo. As zonas libertadas constituiram o laboratório da sociedade que criámos.

em nome de interesses geo-estratégicos, pelo apoio declarado à África do Sul.

Deste modo, os crimes que representam o colonialismo sobre a Namíbia e a prática do «apartheid», passariam a um segundo plano nas preocupações do Ocidente.

Para a realização destes objectivos, a África do Sul mobilizou importantes meios de propaganda para fazer crer que o ANC e a SWAPO não seriam os legítimos representantes dos interesses dos seus povos, mas sim, instrumentos ao serviço de interesses estrangeiros.

Nesta perspectiva, ficaria justificada a agressão a todos os Estados vizinhos que apoiassem estas organizações.

A análise serena da conjuntura prevalecente na África Austral, conduziu a República Popular de Moçambique à decisão soberana de assinar o Acordo de Nkomati.

O Acordo de Nkomati, que se insere na política socialista de paz do nosso Estado, reconduz a questão da Namíbia e do «apartheid» ao centro da atenção da Comunidade Internacional.

Este facto cria as condições para introduzir novos elementos dinâmicos no combate da África Austral pela democracia, justiça, progresso social e paz.

Este contexto global que é preciso aprofundar e analisar, por forma a cobordenarem-se os esforços de todos nós na acção conjunta que conduzirá à eliminação definitiva do «apartheid».

Excelências,

Camaradas e Amigos,

Falamos da situação prevalecente na África Austral. Permitam-me que vos fale agora do meu País.

Para podermos hoje estar aqui como cidadãos de um país livre e soberano, fomos obrigados a pegar em armas e a lutar contra o colonialismo que oprimia o nosso povo.

O colonialismo é uma das formas mais humilhantes e degradantes da exploração do homem.

Em Moçambique, o colonialismo significou o: analfabetismo generalizado, o trabalho forçado, a discriminação dos moçambicanos de todo o processo político e de desenvolvimento económico e social.

Colonizados por um país, ele mesmo subdesenvolvido, a economia de Moçambique foi concebida como um sistema essencialmente abastecedor de matérias-primas para a então metrópole e profundamente dependente da prestação de serviços e do fornecimento de mão-de-obra para os países vizinhos. A economia de Moçambique subsistia devido às receitas provenientes dos seus portos e caminhos de ferro, do pagamento em que de parte dos salários dos trabalhadores das minas sul-africanas e das remessas de emigrantes nas plantações da África do Sul e da Rodésia do Sul.

A economia da colónia manteve-se num estágio extremamente atrasado com uma agricultura primitiva e uma pequena indústria que se limitava às transformações finais de produtos importados e, portanto, completamente dependente.

No nosso País, não se criou uma base mínima de desenvolvimento agrícola ou industrial. As infra-estruturas rodoviárias, de comunicações ou sociais, eram extremamente frágeis.

Moçambique tornou-se, assim, uma fonte de financiamento da economia portuguesa, abastecendo-a em reservas de ouro e canalizando as suas receitas para o aprovisionamento das indústrias da metrópole colonial.

Moçambique era uma colónia atrasada, inteiramente dependente do exterior.

Não tínhamos quadros e vivíamos profundamente divididos em tribos, religiões e raças.

O nosso povo era vítima da fome, da doença e da miséria.

Foi para destruir o colonialismo que iniciámos a Luta Armada de Libertação Nacional.

Esgotadas todas as possibilidades de uma solução pacífica, desencadeámos a Luta Armada de Libertação Nacional por vontade soberana do nosso povo. Não consultámos ninguém para tomarmos esta decisão.

Verificámos, na experiência da luta, que ao lado do colonialismo português, tomaram posições aqueles que eram os seus parceiros na exploração do nosso povo. Poucas foram as vozes, no Ocidente, que se ergueram em apoio à justa luta que travámos.

Foi apenas a determinação heróica do nosso povo, dirigida pelo FRELIMO, que permitiu consolidar e desenvolver o processo de luta. Ao fim de cinco anos, tínhamos libertado o poder colonial amplas zonas do nosso território.

Com a criação de zonas libertadas e semi-libertadas, fomos confrontados com a necessidade de resolver questões de defesa e segurança, de produção, de abastecimento, de educação e saúde, de administração, da justiça e de exercício efectivo de autoridade político-administrativa.

Aqui nasceu o nosso poder estatal, aqui se tornou a nossa ideologia profundamente enraizada na íntima relação com o povo e na sua ampla participação na solução de cada problema.

Na Luta Armada de Libertação Nacional, no exemplo de vida que se desenvolvia nas zonas libertadas, cimentou-se a unidade nacional.

Aqui iniciámos o processo de combate à discriminação na base da tribo, da região e da raça e nasceu a Nação moçambicana.

Neste processo se libertou a personalidade e a identidade nacional e lançaram-se as bases de uma cultura genuinamente moçambicana.

A Luta Armada de Libertação Nacional foi a universidade do nosso povo. As zonas libertadas constituiram o laboratório da sociedade que criámos.

em nome de interesses geo-estratégicos, pelo apoio declarado à África do Sul.

Deste modo, os crimes que representam o colonialismo sobre a Namíbia e a prática do «apartheid», passariam a um segundo plano nas preocupações do Ocidente.

Para a realização destes objectivos, a África do Sul mobilizou importantes meios de propaganda para fazer crer que o ANC e a SWAPO não seriam os legítimos representantes dos interesses dos seus povos, mas sim, instrumentos ao serviço de interesses estrangeiros.

Nesta perspectiva, ficaria justificada a agressão a todos os Estados vizinhos que apoiassem estas organizações.

A análise serena da conjuntura prevalecente na África Austral, conduziu a República Popular de Moçambique à decisão soberana de assinar o Acordo de Nkomati.

O Acordo de Nkomati, que se insere na política socialista de paz do nosso Estado, reconduz a questão da Namíbia e do «apartheid» ao centro da atenção da Comunidade Internacional.

Este facto cria as condições para introduzir novos elementos dinâmicos no combate da África Austral pela democracia, justiça, progresso social e paz.

Este contexto global que é preciso aprofundar e analisar, por forma a cobordenarem-se os esforços de todos nós na acção conjunta que conduzirá à eliminação definitiva do «apartheid».

Excelências,

Camaradas e Amigos,

Falamos da situação prevalecente na África Austral. Permitam-me que vos fale agora do meu País.

Para podermos hoje estar aqui como cidadãos de um país livre e soberano, fomos obrigados a pegar em armas e a lutar contra o colonialismo que oprimia o nosso povo.

O colonialismo é uma das formas mais humilhantes e degradantes da exploração do homem.

Em Moçambique, o colonialismo significou o: analfabetismo generalizado, o trabalho forçado, a discriminação dos moçambicanos de todo o processo político e de desenvolvimento económico e social.

Colonizados por um país, ele mesmo subdesenvolvido, a economia de Moçambique foi concebida como um sistema essencialmente abastecedor de matérias-primas para a então metrópole e profundamente dependente da prestação de serviços e do fornecimento de mão-de-obra para os países vizinhos. A economia de Moçambique subsistia devido às receitas provenientes dos seus portos e caminhos de ferro, do pagamento em que de parte dos salários dos trabalhadores das minas sul-africanas e das remessas de emigrantes nas plantações da África do Sul e da Rodésia do Sul.

A economia da colónia manteve-se num estágio extremamente atrasado com uma agricultura primitiva e uma pequena indústria que se limitava às transformações finais de produtos importados e, portanto, completamente dependente.

No nosso País, não se criou uma base mínima de desenvolvimento agrícola ou industrial. As infra-estruturas rodoviárias, de comunicações ou sociais, eram extremamente frágeis.

Moçambique tornou-se, assim, uma fonte de financiamento da economia portuguesa, abastecendo-a em reservas de ouro e canalizando as suas receitas para o aprovisionamento das indústrias da metrópole colonial.

Moçambique era uma colónia atrasada, inteiramente dependente do exterior.

Não tínhamos quadros e vivíamos profundamente divididos em tribos, religiões e raças.

O nosso povo era vítima da fome, da doença e da miséria.

Foi para destruir o colonialismo que iniciámos a Luta Armada de Libertação Nacional.

Esgotadas todas as possibilidades de uma solução pacífica, desencadeámos a Luta Armada de Libertação Nacional por vontade soberana do nosso povo. Não consultámos ninguém para tomarmos esta decisão.

Verificámos, na experiência da luta, que ao lado do colonialismo português, tomaram posições aqueles que eram os seus parceiros na exploração do nosso povo. Poucas foram as vozes, no Ocidente, que se ergueram em apoio à justa luta que travámos.

Foi apenas a determinação heróica do nosso povo, dirigida pelo FRELIMO, que permitiu consolidar e desenvolver o processo de luta. Ao fim de cinco anos, tínhamos libertado o poder colonial amplas zonas do nosso território.

Com a criação de zonas libertadas e semi-libertadas, fomos confrontados com a necessidade de resolver questões de defesa e segurança, de produção, de abastecimento, de educação e saúde, de administração, da justiça e de exercício efectivo de autoridade político-administrativa.

Aqui nasceu o nosso poder estatal, aqui se tornou a nossa ideologia profundamente enraizada na íntima relação com o povo e na sua ampla participação na solução de cada problema.

Na Luta Armada de Libertação Nacional, no exemplo de vida que se desenvolvia nas zonas libertadas, cimentou-se a unidade nacional.

Aqui iniciámos o processo de combate à discriminação na base da tribo, da região e da raça e nasceu a Nação moçambicana.

Neste processo se libertou a personalidade e a identidade nacional e lançaram-se as bases de uma cultura genuinamente moçambicana.

A Luta Armada de Libertação Nacional foi a universidade do nosso povo. As zonas libertadas constituiram o laboratório da sociedade que criámos.

em nome de interesses geo-estratégicos, pelo apoio declarado à África do Sul.

Deste modo, os crimes que representam o colonialismo sobre a Namíbia e a prática do «apartheid», passariam a um segundo plano nas preocupações do Ocidente.

Para a realização destes objectivos, a África do Sul mobilizou importantes meios de propaganda para fazer crer que o ANC e a SWAPO não seriam os legítimos representantes dos interesses dos seus povos, mas sim, instrumentos ao serviço de interesses estrangeiros.

Nesta perspectiva, ficaria justificada a agressão a todos os Estados vizinhos que apoiassem estas organizações.

A análise serena da conjuntura prevalecente na África Austral, conduziu a República Popular de Moçambique à decisão soberana de assinar o Acordo de Nkomati.

O Acordo de Nkomati, que se insere na política socialista de paz do nosso Estado, reconduz a questão da Namíbia e do «apartheid» ao centro da atenção da Comunidade Internacional.

Este facto cria as condições para introduzir novos elementos dinâmicos no combate da África Austral pela democracia, justiça, progresso social e paz.

Este contexto global que é preciso aprofundar e analisar, por forma a cobordenarem-se os esforços de todos nós na acção conjunta que conduzirá à eliminação definitiva do «apartheid».

Excelências,

Camaradas e Amigos,

Falamos da situação prevalecente na África Austral. Permitam-me que vos fale agora do meu País.

Para podermos hoje estar aqui como cidadãos de um país livre e soberano, fomos obrigados a pegar em armas e a lutar contra o colonialismo que oprimia o nosso povo.

O colonialismo é uma das formas mais humilhantes e degradantes da exploração do homem.

Em Moçambique, o colonialismo significou o: analfabetismo generalizado, o trabalho forçado, a discriminação dos moçambicanos de todo o processo político e de desenvolvimento económico e social.

Colonizados por um país, ele mesmo subdesenvolvido, a economia de Moçambique foi concebida como um sistema essencialmente abastecedor de matérias-primas para a então metrópole e profundamente dependente da prestação de serviços e do fornecimento de mão-de-obra para os países vizinhos. A economia de Moçambique subsistia devido às receitas provenientes dos seus portos e caminhos de ferro, do pagamento em que de parte dos salários dos trabalhadores das minas sul-africanas e das remessas de emigrantes nas plantações da África do Sul e da Rodésia do Sul.

A economia da colónia manteve-se num estágio extremamente atrasado com uma agricultura primitiva e uma pequena indústria que se limitava às transformações finais de produtos importados e, portanto, completamente dependente.

No nosso País, não se criou uma base mínima de desenvolvimento agrícola ou industrial. As infra-estruturas rodoviárias, de comunicações ou sociais, eram extremamente frágeis.

Moçambique tornou-se, assim, uma fonte de financiamento da economia portuguesa, abastecendo-a em reservas de ouro e canalizando as suas receitas para o aprovisionamento das indústrias da metrópole colonial.

Moçambique era uma colónia atrasada, inteiramente dependente do exterior.

Não tínhamos quadros e vivíamos profundamente divididos em tribos, religiões e raças.

O nosso povo era vítima da fome, da doença e da miséria.

Foi para destruir o colonialismo que iniciámos a Luta Armada de Libertação Nacional.

Esgotadas todas as possibilidades de uma solução pacífica, desencadeámos a Luta Armada de Libertação Nacional por vontade soberana do nosso povo. Não consultámos ninguém para tomarmos esta decisão.

Verificámos, na experiência da luta, que ao lado do colonialismo português, tomaram posições aqueles que eram os seus parceiros na exploração do nosso povo. Poucas foram as vozes, no Ocidente, que se ergueram em apoio à justa luta que travámos.

Foi apenas a determinação heróica do nosso povo, dirigida pelo FRELIMO, que permitiu consolidar e desenvolver o processo de luta. Ao fim de cinco anos, tínhamos libertado o poder colonial amplas zonas do nosso território.

Com a criação de zonas libertadas e semi-libertadas, fomos confrontados com a necessidade de resolver questões de defesa e segurança, de produção, de abastecimento, de educação e saúde, de administração, da justiça e de exercício efectivo de autoridade político-administrativa.

Aqui nasceu o nosso poder estatal, aqui se tornou a nossa ideologia profundamente enraizada na íntima relação com o povo e na sua ampla participação na solução de cada problema.

Na Luta Armada de Libertação Nacional, no exemplo de vida que se desenvolvia nas zonas libertadas, cimentou-se a unidade nacional.

Aqui iniciámos o processo de combate à discriminação na base da tribo, da região e da raça e nasceu a Nação moçambicana.

Neste processo se libertou a personalidade e a identidade nacional e lançaram-se as bases de uma cultura genuinamente moçambicana.

A Luta Armada de Libertação Nacional foi a universidade do nosso povo. As zonas libertadas constituiram o laboratório da sociedade que criámos.

em nome de interesses geo-estratégicos, pelo apoio declarado à África do Sul.

Deste modo, os crimes que representam o colonialismo sobre a Namíbia e a prática do «apartheid», passariam a um segundo plano nas preocupações do Ocidente.

Para a realização destes objectivos, a África do Sul mobilizou importantes meios de propaganda para fazer crer que o ANC e a SWAPO não seriam os legítimos representantes dos interesses dos seus povos, mas sim, instrumentos ao serviço de interesses estrangeiros.

Nesta perspectiva, ficaria justificada a agressão a todos os Estados vizinhos que apoiassem estas organizações.

A análise serena da conjuntura prevalecente na África Austral, conduziu a República Popular de Moçambique à decisão soberana de assinar o Acordo de Nkomati.

O Acordo de Nkomati, que se insere na política socialista de paz do nosso Estado, reconduz a questão da Namíbia e do «apartheid» ao centro da atenção da Comunidade Internacional.

Este facto cria as condições para introduzir novos elementos dinâmicos no combate da África Austral pela democracia, justiça, progresso social e paz.

Este contexto global que é preciso aprofundar e analisar, por forma a cobordenarem-se os esforços de todos nós na acção conjunta que conduzirá à eliminação definitiva do «apartheid».

Excelências,

Camaradas e Amigos,

Falamos da situação prevalecente na África Austral. Permitam-me que vos fale agora do meu País.

Para podermos hoje estar aqui como cidadãos de um país livre e soberano, fomos obrigados a pegar em armas e a lutar contra o colonialismo que oprimia o nosso povo.

O colonialismo é uma das formas mais humilhantes e degradantes da exploração do homem.

Em Moçambique, o colonialismo significou o: analfabetismo generalizado, o trabalho forçado, a discriminação dos moçambicanos de todo o processo político e de desenvolvimento económico e social.

Colonizados por um país, ele mesmo subdesenvolvido, a economia de Moçambique foi concebida como um sistema essencialmente abastecedor de matérias-primas para a então metrópole e profundamente dependente da prestação de serviços e do fornecimento de mão-de-obra para os países vizinhos. A economia de Moçambique subsistia devido às receitas provenientes dos seus portos e caminhos de ferro, do pagamento em que de parte dos salários dos trabalhadores das minas sul-africanas e das remessas de emigrantes nas plantações da África do Sul e da Rodésia do Sul.

A economia da colónia manteve-se num estágio extremamente atrasado com uma agricultura primitiva e uma pequena indústria que se limitava às transformações finais de produtos importados e, portanto, completamente dependente.

No nosso País, não se criou uma base mínima de desenvolvimento agrícola ou industrial. As infra-estruturas rodoviárias, de comunicações ou sociais, eram extremamente frágeis.

Moçambique tornou-se, assim, uma fonte de financiamento da economia portuguesa, abastecendo-a em reservas de ouro e canalizando as suas receitas para o aprovisionamento das indústrias da metrópole colonial.

Moçambique era uma colónia atrasada, inteiramente dependente do exterior.

Não tínhamos quadros e vivíamos profundamente divididos em tribos, religiões e raças.

O nosso povo era vítima da fome, da doença e da miséria.

Foi para destruir o colonialismo que iniciámos a Luta Armada de Libertação Nacional.

Esgotadas todas as possibilidades de uma solução pacífica, desencadeámos a Luta Armada de Libertação Nacional por vontade soberana do nosso povo. Não consultámos ninguém para tomarmos esta decisão.

Verificámos, na experiência da luta, que ao lado do colonialismo português, tomaram posições aqueles que eram os seus parceiros na exploração do nosso povo. Poucas foram as vozes, no Ocidente, que se ergueram em apoio à justa luta que travámos.

Foi apenas a determinação heróica do nosso povo, dirigida pelo FRELIMO, que permitiu consolidar e desenvolver o processo de luta. Ao fim de cinco anos, tínhamos libertado o poder colonial amplas zonas do nosso território.

Com a criação de zonas libertadas e semi-libertadas, fomos confrontados com a necessidade de resolver questões de defesa e segurança, de produção, de abastecimento, de educação e saúde, de administração, da justiça e de exercício efectivo de autoridade político-administrativa.

Aqui nasceu o nosso poder estatal, aqui se tornou a nossa ideologia profundamente enraizada na íntima relação com o povo e na sua ampla participação na solução de cada problema.

Na Luta Armada de Libertação Nacional, no exemplo de vida que se desenvolvia nas zonas libertadas, cimentou-se a unidade nacional.

Aqui iniciámos o processo de combate à discriminação na base da tribo

# Paz e cooperação

(Continuado da página anterior)

porque subsistem preconceitos, hesitações e compromissos.

Excelências,  
Camaradas e Amigos,

Deste nosso encontro de Arusha, devemos sair com uma ampla frente comum contra o racismo, o belicismo, o colonialismo, o imperialismo, o subdesenvolvimento. As diferenças que possam surgir entre nós sobre outros problemas mundiais, não devem afectar a unidade que tem de caracterizar a nossa acção pelos objectivos comuns.

De Arusha devemos sair com um programa conjunto que, de forma concreta e eficaz, contribua para o fim da opressão, da desigualdade e da guerra na África Austral.

As meras declarações de princípios deparam-se normalmente com dificuldades de concretização, pelos condicionalismos da política interna de cada Estado. Por isso, a nossa primeira tarefa deveria ser de cada um de nós definir claramente a contribuição que pode dar para o cumprimento de um programa de acção que seja possível aqui traçar.

Há pontos indiscutíveis que podem constituir base comum para esse programa de acção. Somos unânimes em:

- \* Defender o reconhecimento Internacional da SWAPO e do ANC, como legítimos representantes das aspirações dos Povos namíbio e sul-africano e alargar as formas de apoio a estas organizações;
- \* Exigir a independência imediata da Namíbia, com base nos princípios da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- \* Condenar o «apartheid» e a política de bantustanização e denunciar a intolerável violação dos direitos humanos que eles representam;
- \* Condenar a política de pretensas reformas que visam garantir o prolongamento da essência do regime do «apartheid»;
- \* Denunciar e condenar a política belicista da África do Sul;
- \* Denunciar e condenar a nova onda de mercenarismo representada pelos bandidos armados na nossa região;
- \* Exigir o cumprimento integral e rigoroso das medidas decididas pela Comunidade Internacional contra o regime do «apartheid», que visam impedir o reforço militar do regime, particularmente no campo nuclear;
- \* Denunciar e condenar vigorosamente a repressão interna que se abate sobre a maioria dos cidadãos sul-africanos e namíbios;

\* Exercer pressão para que seja posto termo a execução de combatentes da liberdade e para a libertação dos presos políticos na África do Sul e Namíbia;

\* Pressionar para que o regime do «apartheid» inicie uma política de diálogo e negociações com o ANC, com vista a participar na busca de soluções genuínas que façam da África do Sul, um Estado verdadeiramente livre e democrático, reconhecido por toda a Comunidade Internacional, e deixe de constituir vergonha para a Humanidade. Estamos certos de que todos os participantes a esta Conferência, reconhecem que enquanto subsistirem relações de dependência económica entre a África do Sul e os seus vizinhos, não poderá instalar-se uma verdadeira democracia.

Cada acção de promoção do desenvolvimento desencadeada nos Países da Linha da Frente contribuirá para corrigir as distorções que persistem e para acelerar uma cooperação regional autêntica, em benefício da paz na nossa região.

O apoio aos Países da Linha da Frente deve, pois, ser continuado e intensificado, quer a nível bilateral, quer a nível da SADCC.

Excelências,  
Camaradas e Amigos,

O processo de libertação dos povos é irreversível. A criação de um mundo harmonioso de paz e progresso, um mundo liberto da opressão, da fome e da miséria, é responsabilidade de toda a Humanidade.

Compete às forças progressistas a missão histórica de encontrar os caminhos para que as imensas riquezas do nosso planeta sejam postas ao serviço do Homem, ao serviço da felicidade, do bem-estar, do desenvolvimento de todos os Povos.

A paz e a cooperação são indissociáveis. É este o espírito com que viemos a esta Conferência de Arusha, promovida pela Internacional Socialista. É este o espírito que deve orientar a solução dos problemas da nossa região, como contribuição para a solução dos problemas da Humanidade.

Estamos certos que as nossas discussões decorrendo num clima de fraternidade, de franqueza e de realismo, e que nesta cidade de Arusha, que inspirou os sentimentos de liberdade e de independência do Povo tanzaniano, encontraremos igualmente a inspiração para conseguirmos unir as experiências tão diferentes de que somos portadores.

O caminho que ainda há a percorrer é duro, mas exaltante. Sejamos dignos das responsabilidades que a História nos confia.

A Luta Continual

Independência ou Morte,  
Venceremos e muito Obrigados!